



A ORDEM DO RELATO E A PRETENDIDA VERACIDADE NA ESCRITA CRONÍSTICA INGLESA DO SÉCULO XIV

Fernando Pereira dos Santos
UNESP - FCHS/Franca
fernando_trad@yahoo.com.br

Resumo

A composição cronística foi um dos cerne da escrita histórica na Inglaterra entre os séculos VI e XVI. Na presente comunicação, inquirimo-nos acerca da relação estabelecida entre a ordenação textual e o pleito a veracidade nos relatos de cronistas durante o reinado de Eduardo III (r. 1327 – 1377), período que testemunhou transformações nas formas de registro da história, isto é, de uma marcadamente monástica para outra com grande influência secular. Observaremos se nas crônicas do Anônimo de Canterbury, Geoffrey le Baker (? - 1358?), Jean le Bel (c. 1290 - 1360) e Thomas Gray (1310? - 1369), indivíduos que desempenharam diferentes papéis administrativos e militares durante as décadas de 1340 e 1360, existem similaridades que nos permitam traçar pontos em comum sobre a importância dada à cronologia das informações dispostas e a pretensa incontestabilidade de seu conteúdo entre o público para o qual tais escritos estavam voltados. Até que ponto haveria preocupações com o *que* seria digno de registro e o *como* fazê-lo para cronistas que escreveram simultaneamente, mas localizavam-se em diferentes regiões dentro e fora do reino? Uma das características daqueles empenhados no fazer histórico é o contato com guerreiros em decorrência dos conflitos contra franceses e escoceses, acedendo assim a documentos produzidos por aqueles que lá estiveram e a seu testemunho oral. Tal questionamento é pertinente ao considerarmos que os ingleses não contavam com um centro de produção da história oficial que delineasse seus parâmetros, como observou-se simultaneamente, por exemplo, no monastério de Saint Denis, na França, e por isso mesmo nos indagamos se partilharam de certas regras na sua disposição textual, pois isso possibilitaria dizer se houve uma forma comum de conceber a história, e assim relacionar a ordem do relato com a tão pretendida veracidade que permeou as aspirações dos cronistas daquela época.

Palavras-chave: Crônicas. Inglaterra. Historiografia. Guerra dos Cem Anos.

1 INTRODUÇÃO

A forma de ordenação dos escritos cronísticos segundo uma cronologia relativamente específica não é uma questão tão banal como pode parecer a primeira vista. A partir de uma tradição que contava com o elencamento de fatos em anais e mesmo em esquemas de relação causal e cíclica, isto é, através de uma ação outra seria desencadeada, levando a outras ações, os cronistas aparentemente encontraram uma fiabilidade pretendida e aparentemente incontestável. Suas narrativas sobre os tempos diversos seguem certos padrões de outrora, elaborados ao longo de vários séculos por pagãos e posteriormente por cristãos, porém, para além de reafirmar persistências, interrogamo-nos sobre a esquematização dos eventos empregada por cronistas ingleses que tiveram nos diversos conflitos contra franceses, escoceses e seus aliados o mote de suas narrativas. Dentre os diversos textos cronísticos compostos ao longo do século XIV,

ANAIS ELETRÔNICOS - ISSN 2238-7609

Goiás, v.11, n.3, 2016 | 658(p.658-678) | 1052



restringimo-nos a empregar como objeto de análise as crônicas do Anônimo de Canterbury, Geoffrey le Baker, Jean le Bel e Thomas Gray, pois embora fossem homens que ocuparam diferentes posições sociais durante o governo de Eduardo III (1327 – 1377), e mesmo que tenham vivido em localidades apartadas geograficamente entre si, como o cavaleiro Thomas Gray em Norham, na então fronteira com a Escócia, e Jean le Bel, pároco da catedral de Liège, em Flandres, todos partilharam de elementos em comum: o emprego de outros textos de naturezas diversas, como crônicas e documentação produzida nas zonas de conflito, além de acesso a testemunhos dos acontecimentos bélicos nos quais estavam engajados os ingleses, sob uma perspectiva de enaltecimento dos feitos dos comandados do rei plantageneta.

Uma vez que todos são contemporâneos aos fatos que narram e apresentam uma forte influência laica na seleção de temas a serem apresentados em suas crônicas, realizaremos uma inquirição sobre a forma de ordenação daquelas narrativas compostas no século XIV, onde ao mesmo tempo em que é possível notarmos similaridades com modelos de outrora, observamos que a escrita da história trecentista apresenta singularidades inerentes às próprias transformações que tal atividade vem sofrendo com a inserção de tais atores com interesses não restritos apenas a temas religiosos no cenário de sua realização.

2 Discussão e resultados

Antes de adentrarmos especificamente no âmbito das crônicas empregadas como fontes de análise, é mister que atentemos para a aparente falta de uma distinção rígida na definição dos termos *crônica* e *história*, designações que se apresentaram de formas justapostas a partir do século XII. Os chamados *chronographus* e *historiographus*, homens dedicados à escrita da história, raramente eram entendidos ou mesmo se denominavam autores de suas narrativas, no sentido daqueles que são responsáveis por sua produção. As crônicas, de modo geral eram, por assim dizer, “produtos coletivos”, elaborados e continuados sem a anuência de um único responsável, e tentar observá-las como textos de “autoria” individual imputar-lhes-iam um caráter anacrônico sobre sua concepção e utilidades. No período em questão, aparentemente houve uma clara distinção entre aqueles com funções relacionadas à produção de textos e manuscritos. O



escriba (*scribe*) era encarregado de copiar, mas não acrescentar nenhuma informação; o copista (*compiler*) mesclava e rearranjava os pensamentos de outros; o comentador (*commentator*) realizava uma leitura contemporânea sobre textos já consagrados; enquanto que o autor (*auctor*) produzia um ou mais textos aos quais estavam inerentes a utilidade (*worth*) e verdade, concebidos através da graça divina e normalmente reforçados por comentários patrísticos.¹ Uma vez que, de maneira geral, os cronistas medievais descreviam sua atividade a partir de verbos como compilar (*compilare*), reunir (*colligere*), selecionar (*excerpere*), abreviar (*breviare*) e redigir (*redigere*)², abordar suas narrativas dentro de apenas uma dessas funções nos traria uma concepção incompleta das mesmas, pois aqueles homens exerceram simultaneamente atividades de escribas, copistas e comentadores, e somente gerações mais tarde poderiam vir a receber o reconhecimento como autoridades (*auctoritas*). Além disso, obras de diversas naturezas, como as *gestae*, *deeds*, *vitas*, *speculum*, hagiografias e histórias universais indicam a disparidade no modo de conceber o objeto para os homens do período. Devemos notar que, se antes dos séculos XIII e XIV, a crônica fora um “gênero menor”, nesse momento ela se apresentou como a principal forma de erudição histórica, isto é, ambas fundem-se em um único gênero, autônomo, que preza pela cronologia.³ As crônicas deixam de ser apenas mais uma das modalidades de registro histórico para ser a modalidade por excelência, o que não exclui a possibilidade de outras formas de escrita.

Seja como for, é possível perceber concepções variadas na distinção entre crônica e história, e a historiografia ao longo do século passado aponta para dificuldades na delimitação de características que abarquem um conjunto de textos que nem sempre partilharam similaridades. No início do século XX, a definição ganhou amplitude, contemplando-se que em uma crônica medieval estariam incluídas todas as narrativas escritas com o propósito de transmitir informações sobre o passado, e mais, que seus compositores empregavam os termos anais, crônicas e histórias

¹CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008. p. 20.

²SPIEGEL, G. Historical thought in Medieval Europe. In: KRAMER, L; MAZA, S. (Ed.). **A companion to Western historical thought**. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2002. p. 80.

³MICHELAN, K. B. **Um rei em três versões: a construção histórica de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 61.



de forma absolutamente indiscriminada.⁴ Com o passar das décadas, outros estudos dedicados à cronística destacaram essa mesma dificuldade em especificar características precisas e fronteiras estanques, talvez justamente em razão da multiplicidade de textos categorizados como crônicas. De forma geral, as definições que se foram apresentando convergem no que diz respeito ao caráter cronológico da crônica e a função de manter a perenidade,⁵ em que o conjunto de informações ali dispostas incorporam elementos cristãos com a pretensão de transmitir a verdade sobre o que narram,⁶ isto é, sobre os eventos do passado ou contemporâneos aos seus escritos.⁷ No que diz respeito especificamente à cronística inglesa, a convivência entre história e crônica é notável,⁸ a ponto de não existir uma demarcação nítida entre ambas.⁹

Se as balizas entre crônica e história não são, portanto, claras e consensuais, cabe-nos atentar para a forma que tomam, pois, na inquisição de seus parâmetros organizacionais, encontramos elementos que as tornaram críveis para aquela sociedade. O registro da história estava situado em uma rede de saberes que basicamente se organizavam segundo três finalidades: o estudo sobre os ensinamentos divinos, a esquematização da vida social do homem e a natureza que o cercava. Nesse cenário, a disciplina histórica é designado um papel secundário nas universidades, alocada para a assistência ao estudo das artes liberais (*Trivium*), porquanto, à

⁴TOUT, T. F. **The Study of medieval chronicles**. Manchester: University Press, 1922. p. 8-9.

⁵VAN HOUTS, E. M. C. **Local and regional chronicles**. Turnhout, Be: Brepolis, 1995. p. 14.

⁶AMADO, T. Os pensamentos de Fernão Lopes. **eHumanista**, Santa Barbara, CA, v.8, p. 133-134, 2007. Disponível em: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/7%20%20Teresa%20Amado%20Article.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

⁷GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. XIX. Outros autores também definem suas características, como Morton White entende que as crônicas estruturam-se acerca de um assunto, e são uma conjunção de afirmações singulares sem relações causativas que expressamente mencionem o objeto e que informem acontecimentos que foram verdadeiros em épocas diversas. Cf. WHITE, M. **Foundations of historical knowledge**. New York: Harper & Row, 1965. p. 222. Hayden White as delineia como um modo de representação historiográfica superior a forma analítica, justamente por sua maior compreensividade, sua organização de materiais por tópicos e reinos, além de sua maior coerência narrativa. Cf. WHITE, H. **The content of the form: narrative discourse and historical representation**. Baltimore; London: John Hopkins, 1990. p. 16.

⁸GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. XI.

⁹Id. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 129-130, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304418175900123>>. Acesso em: 1º abr. 2014.



Gramática, à Retórica e à Dialética.¹⁰ De modo geral, ao estudante era ensinado o conteúdo de história pagã e bíblica como conhecimento puramente complementar à Gramática e à Retórica, em que o entendimento de exemplos do passado auxiliaria no melhor domínio de técnicas de escrita e de convencimento, pois se buscavam exemplos em autoridades que não poderiam ser refutadas.¹¹

Antes dessa delimitação dada à história no ambiente universitário, homens ao longo do medievo questionaram sobre suas funções e sobre os limites entre o que se designava como crônica e história. Gervase of Canterbury (c. 1141-c. 1210) expressou que a história tem por fundamento “[...] dizer a verdade, persuadir aqueles que a ouvem ou leem e informá-los dos feitos (*deeds*), costumes e vidas daqueles que por ela são descritos”, ao passo que as crônicas “[...] narram brevemente os feitos (*deeds*) dos reis e príncipes que aconteceram em tempos passados, além de registrarem quaisquer portentos, milagres e outros eventos.”¹² Gervase notara ainda que nem sempre os autores¹³ de tais textos se deixavam confinar nos limites do gênero por eles escolhido, ou seja, sob seu ponto de vista, não haveria uma rigidez esquemática que desse um corpo mais ou menos estável àquele tipo de narrativa.

A abordagem sobre a questão do papel da história, da disciplina histórica e dos cronistas, através do questionamento acerca do que era assim entendido pelos coetâneos, pode vir a fornecer indícios que permitem ao menos uma aproximação sobre o fazer daqueles cronistas ingleses do século XIV e dos modos como organizavam seus escritos. A *historia*, ou sua narrativa,

¹⁰ ORCÁSTEGUI, C.; SARASA, E. **La historia en la edad media**: historiografia e historiadores en Europa occidental siglos V-XIII. Madrid: Catedra, 1991. p. 17.

¹¹ SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974. p. 18.

¹² GALBRAITH, V. H. **Historical research in medieval England**. London: University of London, 1951. p. 2.

¹³ Doravante, empregaremos o termo “autores” sob sua acepção moderna, ou seja, a de responsável pela elaboração e produção de um trabalho textual, não devendo ser confundido com os termos *auctor* e *auctoritas*, em que *auctor* relacionava-se a alguém responsável por um texto de grande importância e difusão, não devendo apenas ser lido como também respeitado e acreditado; enquanto que seus escritos continham, em um sentido mais geral, *auctoritas*, isto é, conotações de sagacidade e verdade e, em um sentido mais restrito, referia-se a trechos ou citações do trabalho do *auctor*. Cf. MINNIS, A. **Medieval theory of authorship**: scholastic literary attitudes in the later middle ages. Aldershot: Scholar Press, 2010. p. 10.



lidava com os *res gestae*, ou seja, a narrativa de “eventos reais”, que os distinguiram da ficção¹⁴ (cada vez mais atribuída ao verso, como apontamos em outro momento de nossos estudos), e lidavam com fatos que ocorreram no passado.¹⁵ Essa é uma esquematização ideal acerca da função histórica que esteve presente em um grande número de crônicas fornecendo-lhes certo grau de coesão. De qualquer modo, a distinção entre o que era história e ficção deve ser encarada de forma cautelosa, uma vez que tal dicotomia é delineada em grande parte de acordo com o público alvo daqueles textos, isto é, mesmo narrativas que podiam ter sido “inventadas”, sob uma perspectiva moderna, e modificadas com a finalidade de serem entendidas como verdadeiras, não eram necessariamente fictícias, no sentido de que contavam com a cumplicidade de sua audiência para assim entendê-las e perpetuá-las.¹⁶

No século XIV, a palavra história relacionou-se com os feitos ocorridos no passado, ao passo que “crônica” remeteu-se a uma espécie de gênero para relatar esse passado, mas que, em certos momentos, aparelhou-se à história, devido à sua ocorrência sinônima com aquela.¹⁷ Para Thomas Gray, aparentemente há uma distinção entre tais termos e, no prólogo de sua *Scalacronica*, sugere:

Aquele desejoso em conhecer como a ilha da Grã-Bretanha [...] foi originalmente povoada, por qual raça (*gent*)¹⁸, sua origem e a processão da linhagem de reis [...] o será capaz de fazê-lo em parte através desta história (*estoir*), uma vez que esta

¹⁴ O termo ficção é datado em língua inglesa por volta de 1375 – 1425, enquanto que em outras regiões da Europa, como França e Alemanha, seu registro remonta aos séculos XI, XII e XIII. Ele pode ser *a priori* delimitado como aquilo que não é entendido como verdadeiro para o período em questão, ou seja, aquilo sobre o qual se fala e/ou escreve mas que não se enquadra nos parâmetros de credibilidade vigentes naquele momento. Cf. IAC. **Dictionary.com**. Oakland, [2014]. Disponível em: <<http://dictionary.reference.com/browse/fiction?s=t>>. Acesso em: 5 jan. 2015. BERGQVIST, K. Truth and invention in medieval texts: remarks on the historiography and theoretical frameworks of conceptions of history and literature, and considerations for future research. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 221-242, 2013. Acesso em: 7 jan. 2015. MATHESON, L.M. Vernacular chronicles and narrative sources of history in medieval England. In: ROSENTHAL, J.T. (Ed.). **Understanding medieval primary sources: using historical sources to discover medieval Europe**. London: Routledge, 2012. p. 25.

¹⁵ GOETZ, H. W. Historical writing, historical thinking and historical consciousness in the middle ages. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, p. 13-14, maio 2012. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/27?>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

¹⁶ BERGQVIST, op. cit.

¹⁷ MICHELAN, K. B. **Um rei em três versões: a construção histórica de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 75.

¹⁸ Mantivemos o termo original em anglo-normando dado que nossa tradução foi realizada a partir da versão inglesa.



crônica (*cronicle*) registrou tais coisas, do modo como foi relatado em vários livros, em latim e em vernáculo.¹⁹

Desse modo, é possível que, para o cavaleiro, história e eventos do passado pudessem ser entendidos como acepções parelhas, ao passo que a crônica era a forma instituídasesses registros. Ainda que seu texto lide com informações sobre tempos distantes e, em suas últimas seções, com eventos contemporâneos, a sua escolha por denominar sua narrativa como “crônica” a distingue de outras formas de registro que de certo modo também pretensamente cumpriam com essa função. De qualquer forma, não é possível dizer que a Thomas Gray e a seus congêneres houvesse uma delimitação clara sobre os papéis da crônica e da história, uma vez que os cronistas ligados ao século não sentiram a necessidade em estabelecer uma delimitação mais precisa do seu fazer, pois, naquele momento, ao que tudo indica, história e crônica eram empregados como sinônimos que abarcavam uma mesma atividade, da qual resultava um produto voltado para questões específicas do momento em que viviam. Não podemos ignorar que o apontamento da cronologia, melhor dizendo, a divisão dos eventos que relatam de maneira uniforme, é um dos pilares para atestar sua veracidade.

Tais modos de ordenação da história pelos cronistas aqui relevados fazem-se, sem dúvida, em diálogo com referências do passado. Um dos modelos mais lembrados e repetidos foi elaborado por Isidoro de Sevilla (560-636) em sua obra *Etimologias*, destinada à reunião de saberes legados pelos antigos e que veio a definir a história como um ramo acessório à Gramática, pois tudo o que é válido de registro é confiado à escrita²⁰. O arcebispo manifesta-se não apenas acerca de sua utilidade, onde muitos sábios expuseram os feitos passados da humanidade em histórias para a instrução dos contemporâneos²¹, pois, através dela, os diversos povos são capazes de realizar a contagem definitiva sobre estações e anos, assim como de investigarem muitas questões indispensáveis através da sucessão de cônsules e reis²². Essa ordenação em anos, que

¹⁹GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 1.

²⁰SEVILLE, I. **The Etymologies of Isidore of Seville**. Translated by Stephen A. Barney [et al.]; with the collaboration of Muriel Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 67.

²¹ Ibid.p. 67.

²² Ibid.



permitiria um melhor conhecimento sobre o passado, estaria diretamente ligada, portanto, à função da história e dos anais, cuja primeira relata eventos dos tempos presentes, enquanto o segundo se refere aos anos anteriores à era de seus escritores²³. Cassiodoro (*Cassiodorus*) (c. 485-c. 585), por sua vez, define a função do historiadores em recontar o movimento inconstante dos eventos e a história instável dos reinos com esplendor eloquente, porém cauteloso²⁴, ao passo que aos cronistas é atribuída uma limitada competência de registrar as sombras das histórias e concisos lembretes dos tempos anteriores²⁵. Essa divisão da história em reinados, ou mesmo anos, era anterior ao tempo de Isidoro. A concepção de uma história cíclica da era clássica deu lugar à cristã e linear, destinada a um fim máximo, a Cidade de Deus; e a ressurreição de Cristo não é apenas um meio para se chegar até ela, mas sim é a própria finalidade da história.²⁶ Assim, além da divisão entre os anos anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo, dois grandes modelos foram sugeridos e amplamente copiados durante todo o medievo: o das quatro monarquias²⁷, proveniente da Bíblia, e o das seis eras por Santo Agostinho.

No território que interessa neste trabalho - o da escrita da história na Inglaterra trecentista - o modelo das seis eras de Agostinho é empregado com mais frequência e por isso merece um breve detalhamento. De modo geral, as seis eras corresponderiam da gênese ao dilúvio; de Noé a Abraão; de Abraão a Davi; de Davi ao cativo na Babilônia; do cativo ao

²³ Ibid.

²⁴ FOOT, S. Finding the meaning of form: narrative in annals and chronicles. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writing medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005. p. 89.

²⁵ Ibid., p. 89.

²⁶ PATRIDES, C. A. **The phoenix and the ladder: the rise and decline of the christian view of history**. Berkeley, Ca: University of California Press, 1964.

²⁷ As quatro monarquias originaram-se por volta do século V, com os comentários de São Jerônimo sobre a visão de Daniel, em que quatro bestas surgem do mar, seguidas por uma quarta com dez chifres e dentes de ferro que devoram as três primeiras e, posteriormente, são mortas por Deus. Outra passagem, ainda no livro de Daniel, trouxe à tona a mesma alegoria. Nela, o rei Nabucodonossor (605 a.C - 562 a.C) sonhou com uma estátua composta por quatro partes, cada uma com um tipo diferente de metal: a cabeça de ouro; o peitoral e as coxas de prata; a barriga e os membros inferiores de bronze; as pernas de ferro e os pés com uma mistura do mesmo metal e barro. O sentido figurativo de ambas é definido como o surgimento de quatro reinos que perseguirão os judeus, mas, no fim, serão destruídos para a libertação daquele povo. Foram associados aos reinos da Babilônia, da Pérsia, da Grécia e de Roma, a vinda do anti-Cristo e ao retorno do messias, culminando no fim do mundo. É interessante destacarmos que a persistência desse modelo de esquematização da história até pelo menos o século XVI, quando o francês Jean Bodin o empregou em seu *Método da História*, datado de 1566. Cf. SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974. p. 32-34.; GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 116.



nascimento de Cristo; da morte de Cristo a sua segunda ressurreição, que seguiria ao fim do mundo e à Eternidade. Esse modelo é copiado e readaptado, entre outros, por Beda, o Venerável (c. 672/673-735), cuja “História Eclesiástica do Povo Inglês” (*Historia ecclesiastica gentis Anglorum*) é um dos textos de conteúdo histórico que encontra ecos nos cronistas ingleses. O monge empregou e difundiu o uso das seis eras de Agostinho, porém, com duas particularidades em relação aos escritos do bispo de Hipona. A primeira é a subdivisão de cada Era em três movimentos interligados, que se moviam em um ritmo de ascensão, apogeu e queda, com a expectativa de que uma nova ascensão viria novamente ao início da Era subsequente. Simultaneamente, cada uma das Eras recebia uma comparação com uma das sete idades da vida do homem, indo da infância à decrepitude até alcançar o descanso eterno.²⁸

O modelo da divisão temporal desenvolvido por Beda é utilizado de forma mais ou menos contínua até meados do século XII, período favorável à sistematização em oposição à especulação histórica. Dito de outro modo, o pensamento sobre a escrita da história baseou-se na justificativa de que o tempo, lugar e “circunstâncias históricas” poderiam ser relegados a segundo plano na busca pela verdade sobre a natureza do homem e do universo. Desse modo, textos originários de períodos e “meios culturais” diversos poderiam ser organizados para atestarem a verdade da argumentação proposta, relegando a um segundo plano o que poderia ser modernamente denominado como seu “contexto”. Essa espécie de tácito acordo para ignorar a história foi, portanto, condição para que as sumas (*summae*) teológicas, legais e científicas dos séculos XII e XIII fossem criadas e aceitas.²⁹

Essa preocupação com a sistematização do tempo transparece nas obras de cronistas ingleses, como Henry of Huntington (1088 - 1157), que subdivide, na “História dos Ingleses” (*Historia Anglorum*), a história da ilha em períodos correspondentes aos das cinco “pragas”, como ele denomina as invasões: dos romanos; dos pictos e escoceses; dos anglo-saxões; dos dinamarqueses e dos normandos. Além dele, William of Malmesbury (c. 1095/96 - 1143) na

²⁸SOUTHERN, R. **History and historians**: selected papers by R. W. Southern. Edited by Richard Bartlett. Malden, MA : Blackwell, 2004. p. 32-33.

²⁹Ibid., p. 34.



“Crônica dos Reis Ingleses” (*Gesta Rerum Anglorum*), adotou tal esquematização, mas com alterações no que concerne aos períodos anteriores à chegada dos normandos em 1066.³⁰ Uma das crônicas de maior circulação na Inglaterra do século XIV, a *Polychronicon*, de Ranulf Hidgen (c. 1299 - c. 1360), apresentou contornos similares aos de seus predecessores na esquematização temporal no âmbito da subdivisão da história em Eras. Empregada como referência para cronistas diversos, dentre eles Thomas Gray, essa obra de grande difusão e popularidade se destacou pela erudição que expressou não apenas pela inclusão de um grande número de autoridades como Plínio, Suetônio, Santo Agostinho, Isidoro de Sevilha, Beda e Geoffrey of Monmouth, mas também pela divisão intencional que realiza de sua obra.³¹ Conforme consta em sua introdução, o cronista justificou que, “[...] por essa crônica apresentar conteúdo e feitos de tempos diversos”³², ele decide denominá-la *Polychronicon*, isto é, “[...]a crônica de muitos tempos”³³, e continua até ponderar sobre a partição de sua obra em sete livros, segundo o exemplo do Criador, “que fez todas as coisas sob o número de seis [dias] e descansou no sétimo”. O primeiro livro, assim, descreve os lugares do mundo, e os outros seis os eventos ocorridos de acordo com o número das seis Eras³⁴.

Tais modelos não são destacados em um primeiro momento nas crônicas do Anônimo de Canterbury, de Geoffrey le Baker e Jean le Bel. Contudo, isso não elimina a possibilidade de que, mesmo indiretamente, estivessem entre seu repertório de referências, afinal, os cronistas podem ter acedido a tais saberes devido ao seu bom nível de instrução e pela necessidade de obterem conhecimentos sobre os anos anteriores aqueles que são focos de suas narrativas, que podem assim terem sido concebidos dentro de tal perspectiva.

³⁰GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004. p. 118-119.

³¹GRANSDEN, A.-. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. 43-48.

³²HIDGEN, R. **Polychronicon Ranulphi Hidgen maonachi Cestrensis: together with the English translations of John Trevisa and of an unknown writer of the fifteenth century**. Edited by Churchill Babington. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1865. v. 1. p. 27.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid.



Das crônicas trabalhadas, a do cavaleiro Thomas Gray, único dentre os quatro cronistas que não teve quaisquer laços com uma formação monástica é a que curiosamente pauta a divisão de sua narrativa de forma mais evidente. No prólogo da *Scalacronica*, o cronista elucidou que seu intento em escrevê-la se deu enquanto foi prisioneiro, e lhe causava incômodo não possuir conhecimento sobre os tempos passados³⁵, até que uma Síbila apareceu em seus sonhos e lhe mostrou como conceber aquilo que tinha em mente³⁶. Ela o conduziu para um pomar onde existia uma escada encostada ao lado de uma grande muralha. Essa escada, segurada por um monge franciscano, era composta por cinco degraus e estava apoiada em dois livros valiosos: a Bíblia e os “Feitos de Tróia” (*Deeds of Troy*), em uma referência à mescla dos passados religioso e laico. Cada um dos degraus apontava para uma divisão acerca do conhecimento sobre um período da história inglesa, cuja cronologia de Gray é demarcada a partir do que lhe fora narrado pelas autoridades, às quais acedeu para cumprir seu desígnio de escrever sua crônica e de compreender o que se passou em tempos pretéritos.

Suas especificações sobre as fontes que empregou sugerem uma preocupação “metodológica”, pois, apesar de não ter se dedicado às artes liberais, partilhou do lugar comum de que, para alcançar a veracidade em sua crônica, era necessário o emprego de autoridades anteriores e do diálogo com seu público alvo. Entretanto, a cronologia disposta em sua narrativa é simbolizada pelos degraus, onde a cada um deles superado pelo cronista apresenta, na altura do degrau e próximo a mão direita, “uma pequena entrada, através da qual era possível entrar em uma grande cidade, onde um mestre, vestido com peles de animais e em um salão de uma mansão senhorial (*manor-house*), escrevia”³⁷. Ali, aponta a Síbila, estava Walter, arqui-diácono de Exeter, “que traduziu a [crônica] *Brut*, o feitos dos Bretões, o primeiro livro de crônicas desta ilha”³⁸. A cada degrau subido por Gray e a Síbila, o processo repetia-se, alterando-se apenas o responsável pela composição de um texto legitimado pelo costume e pela ancestralidade, isto é,

³⁵GRAY, T. *The Scalacronica*: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 1.

³⁶Ibid., p. 2.

³⁷Ibid.

³⁸Ibid.



tratavam-se de autoridades que emprestariam seu peso à narrativa do cavaleiro. No segundo degrau, eles encontram Beda, no terceiro, Ranulf Hidgen, no quarto, John of Tynemouth, e cada um deles era responsável por um texto acerca de um período da história da ilha, de Bruto aos tempos do cavaleiro, até que chegam ao quinto degrau. Gray solicita a Síbila autorização para subí-lo, porém lhe é negada sobre o pretexto de que:

O quinto degrau não poderás subir, pois representa eventos futuros, [...] e uma vez que venturas pósteras repousam sobre incertezas, com exceção à compreensão divina, devemos deixar as questões celestiais para os eclesiásticos, e as horas e os momentos para aquele poder [divino] as quais elas estão reservadas.³⁹

A alusão ao fim dos tempos referida na crônica de Thomas Gray se assemelha às divisões anteriores, com o emprego de recursos retóricos tal como a aparição de uma entidade maravilhosa em seu sonho; elementos esses que fazem recordar um longo passado partilhado entre historiadores do medievo. Tratados sobre os sonhos e seu posterior uso como mecanismos literários eram conhecidos pelo menos desde o século XIII, sendo empregados nos textos do afamado escritor trecentista Geoffrey Chaucer, ou mesmo conhecido através do Apocalipse bíblico e do “Sonho de Cipião” (*Somnium Scipionis*) de Cícero, em que os sonhos eram entendidos como caminhos para alcançar conhecimentos superiores, pois aquele que sonha recebe uma visão educativa, onde lhe é dado acesso a uma moral elevada ou ao reino escatológico, e o indivíduo acordaria esclarecido, pronto para aperfeiçoar sua vida.⁴⁰

A metáfora da escada torna-se significativa para nosso argumento de que a ordenação textual fornece veracidade ao texto. Se por um lado Gray ainda sugere a divisão do tempo em Eras, o momento marcante de cada uma não está relacionado a acontecimentos divinos, mas a momentos de grandes alterações políticas marcados pela guerra. O registro de Walter pontua “os feitos dos Bretões”; o de Beda, “os feitos dos Saxões”; o de Ranulph Hidgen, “a união dos sete reinos saxões”; e o de John of Tynemouth “a chegada de William, o Conquistador”. O fim dos tempos, isto é, a chegada de uma era de prosperidade com o retorno anunciado do Messias,

³⁹GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 2.

⁴⁰KRUGER, S. T. **Dreaming in the middle ages**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1992. p. 84, 124.



anteriormente associado as seis eras bíblicas agostinianas ou mesmo em sete idades de Beda agora tem uma abordagem mais temporal, aproximando-se do modelo das cinco pragas de Henry of Hudington, por exemplo.

De qualquer modo, o próprio título *Scalacronica*, (a crônica da escada, em uma tradução livre) sugere não apenas essa preocupação com o fim dos tempos, mas igualmente com o tempo presente. Em primeiro lugar, ela retoma, como dissemos, a tradição da esquematização em Eras, um modelo familiar e portanto de fácil aceitação dentre o público receptor da narrativa. Uma segunda acepção para o título, entretanto, pode estar relacionada a questões de demonstração de poderio para seus contemporâneos. Na heráldica do período, era convencional a associação do nome da família a um símbolo que a representasse, e o sobrenome de Thomas Gray é grafado *grai* em anglo-normando, aproximando-se do vocábulo *gree*, que tem de duas acepções em francês arcaico: pode significar tanto “escada” quanto “degrau” – alegoria essa tomada por Thomas Gray devido à presença de uma escada no brasão de sua família⁴¹, bem como “nível” e “posição” (social).⁴² Ambos encaixam-se perfeitamente com os objetivos presentes de sua crônica, pois Thomas Gray é um membro ascendente da elite bélica do reino,⁴³ e seu desejo de lembrar-se das gerações passadas pela genealogia que chegara a seu conhecimento⁴⁴ não se distancia daqueles nobres que patrocinavam indivíduos para que escritos sobre seus feitos e benfeitorias para uma região ou casa religiosa fossem registrados, com a suntuosa diferença de que a pena e o

⁴¹King aponta que os descendentes de Thomas Gray, posteriormente ao século XV, empregam essa figura heráldica, mas é incerto se o escritor da *Scalacronica* também a empregou, ou se o brasão da família foi alterado no século posterior, justamente em referência à crônica. Cf. KING, A. Introduction. In: _____. (Ed.). **Sir Thomas Gray, Scalacronica**: 1272-1363. Translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 57. Na edição de 1907, o seu editor e tradutor Sir Herbert Maxwell apresenta naquela edição outro símbolo heráldico referente ao cronista.

⁴² Ibid.

⁴³ Após a morte de seu pai, Thomas Gray herdou suas terras por volta de 1344, bem como, benefícios da Coroa e se torna o condestável (*constable*) do castelo de Norham, na região de Durham, no extremo norte do reino. Ele também teria lutado na batalha de *Neville's Cross* em 1346, que culminou com a captura de David II (1324 - 1371), rei da Escócia, e no mesmo ano há indícios de que tenha estado entre os magnatas chamados à Westminster para discutir a defesa do reino contra os inimigos externos. Cf. KING, A. **Sir Thomas Gray's Scalacronica**: a medieval chronicle and its historical and literary context, 1998. 88 p. Master of Arts Dissertation, Durham University, Durham, 1998. p. 25. Disponível em: <<http://etheses.dur.ac.uk/4842/>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

⁴⁴GRAY, T. **The Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005. p. 2.



pergaminho são retirados das mãos de escritores clericais e agora são empunhados pelo próprio indivíduo interessado em seu resultado final.

Geoffrey le Baker⁴⁵ e o Anônimo de Canterbury, por sua vez, não oferecem uma divisão cronológica tão clara como a apresentada pelo condestável do castelo de Norham, porém nem por isso deixam de apresentar similaridades. A esquematização temporal realizada por Geoffrey le Baker gira em torno dos reinados dos três Eduardos⁴⁶, enquanto que o Anônimo limita sua narrativa à batalha de Crécy (1346) até meados de 1364. Em um primeiro plano, a organização esquemática-temporal de ambas aparenta simplicidade, mais o uso conjunto de elementos, como a escrita em latim e o uso maciço de documentação oficial, juntamente com essa forma de relato cronológico acerca das ações monárquicas nos campos político-administrativo-militar, agem dentro do mesmo sistema que atesta tanto a verdade como sua função pedagógica. O público alvo de tais crônicas possivelmente não seria uma nobreza cavaleiresca, dada a escolha de seus cronistas pelo latim e não o anglo-normando em ambos os casos,⁴⁷ mas, para tais audiências, a estruturação de uma cronologia relativamente precisa interessa-lhes, na medida em que fornece elementos para a compreensão sobre o tempo presente e um passado próximo, ambos diretamente conectados à temas recorrentes em seu cotidiano. Dito de outro modo, se a escrita da história é feita por homens de algum modo ligados ao século, e sua função exemplar e pretensão à verdade são elementos explicativos que podem ser extraídos das crônicas, nada mais natural que suas preocupações e interrogações sobre o presente se direcionem igualmente no sentido de registro de ações ligadas ao monarca e à nobreza local, e não mais a de um futuro incerto sob o domínio apenas de Deus. Isso não significa que tal forma de pensar estivesse em declínio, mas sim que essa escrita da história, voltada para finalidades do século, apresentava

⁴⁵ A crônica de Geoffrey le Baker é subdividida entre os reinados de Eduardo II e Eduardo III. A seção que lida com o período 1327 – 1329 aparece repetida, embora com pequenas distinções, em um dos dois manuscritos remanescentes, e isso indica que possivelmente pode ter sido a intenção do autor dividi-la em duas crônicas diferentes. Cf. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. XXV.

⁴⁶ Expressão comumente usada por autores que se referem ao período de governo de Eduardo I (1272-1307), Eduardo II (1307-1327) e Eduardo III (1327-1377), sendo um dos mais notáveis Michael Prestwich.

⁴⁷ BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. XXV.



características partilhadas por homens a ele pertencentes, da mesma forma que a contemplação sobre os desígnios divinos fora buscada a todo tempo pelos escritores monásticos.

Se não é possível inferir acerca da participação do Anônimo nos conflitos ou se a de Geoffrey le Baker é incerta, e se suas crônicas tem um recorte temporal infinitamente menor que a de Thomas Gray e uma visível preocupação de ambos com a organização cronológica correta, isto não os isentou de “erros” de datação. Geoffrey le Baker, por exemplo, aponta para um ataque dos escoceses no ano 1303⁴⁸, quando, na verdade, ele se refere a eventos de quatro anos antes, bem como cita de modo incorreto a idade de coroação de Eduardo III, designando-o como um apto rapaz de onze anos⁴⁹, quando, na verdade, ele tinha quatorze. A narrativa do Anônimo apresenta-se igualmente afetada nesse sentido, uma vez que, ao se referir aos anos que descreve, em geral eles estão incorretos, como a captura de Guines em 1352, que por ele é atribuída a 1350 ou à morte de Filipe II em 1351, datada também em 1350⁵⁰. Esse tipo de “erro”, entretanto, não necessariamente significa que ambos foram negligentes na apuração de informações, mas sim indica para um modo de percepção em sua escrita da história diferente da nossa, e apontá-las pura e simplesmente como incorretas teria alto teor anacrônico.

Desse modo, ações sequenciais, às quais o leitor moderno espera de um texto historiográfico padrão, simplesmente não faziam parte da forma de concepção da história para aqueles cronistas, e a falta de um método rígido de datação não estava dentre suas preocupações⁵¹. Eventos ocorridos em gerações anteriores ou mesmo anos antes de seu registro poderiam tornarem-se escorregadios tanto na memória de quem os recordava como de quem os liam e ouviam. A idade real de um indivíduo, por exemplo, muitas vezes era atribuída e atestada pela chamada “Prova de Idade” (*Proof of Age*), onde homens probos davam seu testemunho para certifi-cá-la, e normalmente era associada não a um ano específico, mas a um outro evento

⁴⁸ Ibid., p. 1.

⁴⁹ Ibid., p. 27.

⁵⁰ SCOTT-STOKES, C.; GIVEN-WILSON, C. Introduction: In: CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. XXXV.

⁵¹ Brandt, p. 51.



marcante na vida da testemunha, como uma data religiosa, um acontecimento público ou mesmo um fenômeno meteorológico de grande magnitude.⁵² Além disso, a alteração do calendário faz com que as edições modernas das crônicas tragam datações atualizadas justamente pela preocupação de nosso tempo com a exatidão temporal, fato que não se esperava naquele momento.

Jean le Bel, por sua vez, é aquele que apresenta sua esquematização de forma mais peculiar. Sua crônica, ou “livro” (*livre*), como a denomina, apresenta subdivisões em capítulos, e uma simultaneidade narrativa de eventos diversos, em que sua perspectiva procura descrever os eventos através de micro-narrativas que se interpolam e se conectam para a composição de um panorama maior, sempre com a ênfase narrativa centrada nas ações de Eduardo III. Durante a narrativa, a voz do cronista, através de interrupções no que descreve, tangencia diversos eventos, em geral com a expectativa de que as informações dadas em um primeiro momento sejam retomadas posteriormente.

Em alturas diferentes de sua crônica, esse tipo de recurso é empregado por Jean le Bel, como por exemplo em suas primeiras páginas, onde, após serem descritos os eventos do ano de 1327, isto é, a queda de Eduardo II e o triunfo de seus inimigos, dentre eles John of Hainault, o cronista aponta que não dirá mais nada sobre aquele cavaleiro *até a hora certa*, pois, no momento, deseja retornar [sua narrativa] ao rei Eduardo [III].⁵³ A divisão em 109 capítulos efetuada por Jean le Bel faz com que destoe das outras crônicas mencionadas, isto é, de uma rígida divisão cronológica para outra pautada pela simultaneidade dos acontecimentos. Sua crônica, entretanto, aproxima-se do modelo dos romances de cavalaria, em que as ações narradas tornam-se interessantes ao ouvinte/leitor devido à criação de um efeito de espera de que algo

⁵² Durante o processo de canonização de Thomas de Cantilupe (c. 1218 – 1282) ocorrido na primeira década do século XIV, os inquisidores papais realizaram um grande número de perguntas para testemunhas da suposta morte e ressurreição do galês William Cragh realizada por intercessão do bispo de Hereford. Uma das questões centrais foi justamente em que ano tal milagre teria ocorrido, e praticamente todas as testemunhas divergiram entre si sobre a data exata. Cf. BARTLETT, R. **The hanged man: a story of miracle, memory, and colonialism in the middle ages**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2004.

⁵³ BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 22-34.



ocorrerá no porvir para compor o desfecho dos eventos. Assim, episódios de maior relevância e de conhecimento público, como uma partida de guerreiros sob a paga do rei para atacar os inimigos é laureada pela descrição de feitos de armas individuais realizados por homens conhecidos, ou seja, tais realizações supostamente ocorridas em terras distantes e atestadas por testemunhas probas são elevadas à veracidade por se enquadrarem do que poderíamos denominar como “macro-eventos”⁵⁴, facilitando assim sua sua memorização e compreensão.

Outro ponto interessante na crônica de Jean le Bel é que, contrariamente às narrativas de Geoffrey le Baker e do Anônimo, raramente são indicados os anos em que os eventos descritos ocorrem, muito provavelmente porque essa demarcação não deveria ser considerada de grande relevância para o público que leria ou escutaria sua crônica, pois a própria ordenação dos eventos se sobreporia em importância às indicações de tempo e lugar. Sua crônica, portanto, não é marcada pela rigidez cronológica de grandes eventos em sequência, pois paralelamente são denotados os eventos e feitos individuais que configuram de forma plausível e possivelmente esperada a narrativa por ele composta. Os cronistas medievais ingleses, portanto, entendiam a ação humana do mesmo modo que compreendiam a ação da natureza, isto é, como uma série de eventos incontáveis, frequentemente relacionados entre si e ao mesmo tempo possuíam uma estrutura singular. A ação e a mudança sob essa perspectiva medieval não eram implícitas para a natureza humana e suas instituições, pois o estado “natural” era sempre o de um plano pré-existente divino, e assim a ação humana no mundo era uma perturbação da norma.⁵⁵

3 Considerações finais

Para além da cronologia, a seleção dos temas a serem abordados pelos cronistas supracitados passa pelos múltiplos conflitos que envolveram a nobreza da Inglaterra; os dois surtos de Peste Negra entre o final das décadas de 1340 e 1360; a escassez de alimentos que

⁵⁴ Nossa intenção não é colocar tal termo dentro da discussão proposta pelos Annales entre macro e micro história, mas sim destacar que dentro de uma linha narrativa central pautada pelas conquistas de Eduardo III e de sua nobreza guerreira, eventos individuais são destacados e ganham credibilidade justamente por estarem inseridos dentro de eventos maiores de conhecimento notório por parte da sociedade da época, no caso as incursões inglesas em territórios franceses e escoceses.

⁵⁵ Brandt, p. 79



assolou várias localidades do reino; a divisão do papado e da energia dos cristãos, voltada para combates fratricidas, e não contra os infiéis.⁵⁶ Esse cenário apocalíptico poderia muito bem ser conectado ao final da Sexta Era, em que a decrepitude do tempo se assemelha a do homem e se observa a prática de vícios que sobrepujam as virtudes. Tais esquematizações não aparecem explicitamente nos escritos dos cronistas em questão, com exceção da *Scalacronica*, como observado anteriormente, porém, é cedo para afirmarmos que sua organização textual não mais se destaca por seu caráter teológico, afinal, os modelos legados por séculos de escrita monástica não se esfacelaram subitamente. Seja como for, o elemento cronológico foi um dos marcos organizadores que tornaram as narrativas críveis ao longo do século XIV, ou ao menos essa teria sido sua pretensão inicial. Como vimos, sua ordenação, em que a cronologia sobre eventos contemporâneos é pautada pelas ações de interesses seculares, como o desempenho de membros da nobreza na guerra, o número de mortos após as batalhas e a duração de cercos contra fortalezas inimigas pode vir a fornecer, em certa medida, indícios da alteração no entendimento sobre as funções da história para aqueles homens. A atividade compilatória encontrava cada vez menos espaço entre os trabalhos dedicados à escrita da história enquanto que a cronística inglesa do século XIV pouco a pouco tem o seu espaço de composição disputado entre as casas monásticas e os competentes administradores clericais com formação universitária, que assumem papel decisivo no desempenho das funções administrativas durante o governo de Eduardo III.⁵⁷

⁵⁶ O monarca francês Filipe VI (1293 – 1350) tencionou realizar uma cruzada desde o início de seu reinado contra os infiéis no sul da Península Ibérica, porém em 1331 ele declarou que pretendia guerrear na Terra Santa. Eduardo III declarou que participaria de tal empreitada, desde que fosse recompensado pelos danos incorridos na Gasconha anos antes. Devido ao crescente clima de tensão e do apoio francês aos escoceses, a Cruzada foi cancelada pelo papa Benedito XII em 1336, frustrando os planos de Filipe VI e corroborando com um elemento extra para as animosidades que culminariam no conflito contra os ingleses. Cf. PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225–1360**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 306.

⁵⁷ No século XIV, uma grande demanda de pessoal capacitado para atividades de grande importância, como o exercício da administração e da diplomacia em seus mais diversos níveis, fez com que os clérigos com treinamento universitário fossem amplamente requisitados tanto dentro dos quadros de gerenciamento da Igreja quanto pelos governantes seculares. Embora a disseminação da capacidade de leitura e escrita entre as diversas camadas da sociedade tenha atingido níveis maiores do que a séculos anteriores, os eclesiásticos gozavam de alta estima no reinado de Eduardo III, e assim muitos deles acabavam por preterir suas funções religiosas. Cf. WAUGH, S. L. **England in the reign of Edward III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 141-142.



Assim, o relato feito por aqueles cronistas ingleses trecentistas, ao mesmo tempo em que não estão totalmente apartados dos modelos de outrora, apresentam na cronologia desenhada em conjunto com os relatos de homens que compunham seu público alvo a veracidade tão almejada, tornando-se assim instrumentos incontestes não do que foi de fato, mas sim do como esperava-se que tivesse sido o desenrolar dos eventos e ações por eles descritos em suas narrativas cronísticas de cunho histórico, e portanto aceitáveis para a sociedade daquele momento.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação empregada

BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012.

BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011.

CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008.

GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363**. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005.

HIDGEN, R. **Polychronicon Ranulphi Hidgen maonachi Cestrensis**: together with the English translations of John Trevisa and of an unknown writer of the fifteenth century. Edited by Churchill Babington. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1865. v.1.

SEVILLE, I. **The Etymologies of Isidore of Seville**. Translated by Stephen A. Barney [et al.]; with the collaboration of Muriel Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

OBRAS DE REFERÊNCIA

AMADO, T. Os pensamentos de Fernão Lopes. **eHumanista**, Santa Barbara, CA, v. 8, p. 133-142, 2007. Disponível em: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/7%20%20Teresa%20Amado%20Article.pdf> . Acesso em: 26 jan. 2015.

BARTLETT, R. **The hanged man**: a story of miracle, memory, and colonialism in the middle ages. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2004.



BERGQVIST, K. Truth and invention in medieval texts: remarks on the historiography and theoretical frameworks of conceptions of history and literature, and considerations for future research. **Roda da Fortuna**: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 221-242, 2013. Acesso em: 5 jan. 2015.

BRANDT, W.J. **The shape of medieval history**: studies in modes of perception. New Haven: Yale University Press, 1966.

CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENNEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008.

FOOT, S. Finding the meaning of form: narrative in annals and chronicles. In: PARTNER, N. (Ed.). **Writting medieval history**. London: Hodder Arnold, 2005.

GALBRAITH, V. H. **Historical research in medieval England**. London: University of London, 1951.

GIVEN-WILSON, C. **Chronicles**: the writing of history in late medieval England. London: Hambledon and London, 2004.

GRANSDEN, A. **Historical writing in England II**: c. 1307 to the early sixteen century. London: Routledge, 2000.

_____. The chronicles of medieval England and Scotland: part I. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, n. 16, p. 129-150, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304418175900123>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

GOETZ, H. W. Historical writing, historical thinking and historical consciousness in the middle ages. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, p. 110-128, maio 2012. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/27?>>Acesso em: 13 jan. 2015.

IAC. **Dictionary.com**. Oakland, [2014]. Disponível em: <http://dictionary.reference.com/>.

KING, A. Introduction. In: _____. (Ed.). **Sir Thomas Gray, Scalacronica**: 1272-1363. Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005.

KRUGER, S. T. **Dreaming in the middle ages**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1992.

MATHESON, L.M. Vernacular chronicles and narrative sources of history in medieval England. In: ROSENTHAL, J.T. (Ed.). **Understanding medieval primary sources**: using historical sources to discover medieval Europe. London: Routledge, 2012.



MICHELAN, K. B. **Um rei em três versões**: a construção histórica de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

MINNIS, A. **Medieval theory of authorship**: scholastic literary attitudes in the later middle ages. Aldershot: Scolar Press, 2010.

ORCÁSTEGUI, C.; SARASA, E. **La historia en la edad media**: historiografia e historiadores en Europa occidental siglos V-XIII. Madrid: Catedra, 1991.

PATRIDES, C. A. **The phoenix and the ladder**: the rise and decline of the christian view of history. Berkeley: University of California Press, 1964.

SCOTT-STOKES, C.; GIVEN-WILSON, C. Introduction: In: CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008.

PRESTWICH, M. **Plantagenet England**: 1225-1360. New York: Oxford University Press, 2005.

SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974.

SOUTHERN, R. **History and historians**: selected papers by R. W. Southern. Edited by Richard Bartlett. Malden, MA : Blackwell, 2004.

SPIEGEL, G. Historical thought in Medieval Europe. In: KRAMER, L; MAZA, S. (Ed.). **A companion to Western historical thought**. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2002.

TOUT, T. F. **The Study of medieval chronicles**. Manchester: University Press, 1922.

VAN HOUTS, E. M. C. **Local and regional chronicles**. Turnhout, Be: Brepolis, 1995.

WAUGH, S. L. **England in the reign of Edward III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.